

## **RADIONOVELAS: COISA DE MULHER?**

Poliana de Sousa Melo.<sup>1</sup>

O rádio, considerado um potente veículo de comunicação de massa, marcou época durante a primeira metade do século XX. Sua programação variada com músicas, jornalismo, radionovelas, programas humorísticos e de auditório, tocava o imaginário da sociedade possibilitando o surgimento de novas sensibilidades. Dentre estes programas destacaram-se as radionovelas. Gênero este, capaz de prender a atenção dos ouvintes estimulando o desenvolvimento de novas representações na sociedade.

Em Campina Grande, a transmissão de radionovelas, idealizada por uma emissora local, deu-se apenas na década de 1950 com a Rádio Borborema. Tanto havia as reproduções de radionovelas vindas da região sudeste, como também “fabricavam-se” o gênero a partir da interpretação dos radioatores locais. Na cidade, as radionovelas tornaram-se uma verdadeira “febre”. As 20h05min os ouvintes se reuniam em torno do rádio para acompanhar e se emocionarem com as tramas novelescas.

A radionovela foi uma programação desenvolvida para atingir, especificamente, o público feminino. Tirando os casos em que o enredo se dirigia ao público infanto-juvenil com as temáticas de aventura, as novelas de rádio desde sua fase mais embrionária, foi efetivamente pensada para alcançar as donas-de-casa que, se ocupando nos deveres domésticos, podiam ouvir os programas de rádio. Cícero Leurenroth, responsável pela implantação das radionovelas no Brasil e idealizador da empresa Standart, conseguia ver no rádio um veículo imprescindível para alcançar as donas de casa. O escritor cubano Félix Caignet afirma que as radionovelas exerciam forte influência entre as mulheres e isso se refletia diretamente na venda dos produtos que financiavam o programa:

Elas consumiam os produtos que meus programas anunciavam. Eram pobres e sofriam. Desejavam chorar para desafogar suas lágrimas. Eu estava obrigado a escrever para elas e facilitar-lhes o que elas necessitavam, porque enquanto choravam meus dramas, descarregavam sua própria angústia. Então abri a válvula do pranto. ( FERRARETTO, 2001 p.119.)

Dentro deste universo, buscou-se construir e legitimar um conceito de feminilidade. Entretanto, veremos como as radionovelas constituíam uma “via de mão dupla”, pois, ao fomentar a representação de “ser mulher” nos anos 50, as radioatrizes a partir de práticas sub-reptícias, rompiam com os padrões de comportamento destinado às mulheres.

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual da Paraíba

### 3.1 Radionovela construtora de feminilidade.

Inspiradas no romance-folhetim dos jornais franceses do século XIX, com o princípio do “continua amanhã”, e no melodrama, as radionovelas surgiram em Havana, Cuba,<sup>2</sup> no ano de 1935, constituídas de histórias seriadas dramatizadas por atores através de transmissões radiofônicas. Anos mais tarde, o gênero se projetou para as demais emissoras latino-americanas, tornando-se um verdadeiro fenômeno nas rádios.

A radionovela ao fundir-se com o melodrama, acabou se tornando um gênero autônomo no qual pôde reunir a fórmula essencial para atrair a atenção de um público extenso, liderando, com isso, os índices de audiência. Fochi<sup>3</sup> nos explica que o melodrama e o folhetim compartilham de certas técnicas que, juntos, transformaram-se em elementos primordiais para atingir o público ouvinte:

(...) a começar do próprio título, que deve ser extraordinário o suficiente para atingir um bom efeito junto ao público, dando asas à imaginação, criando múltiplas sugestões; segue-se a temática, que contrapõe opressor e vítima, vício e virtude, injustiça e justiça; acrescenta-se uma perseguição, capaz de revelar o patético das personagens e de refletir o próprio percurso mítico das criaturas humanas no cumprimento de seu destino cheio de emboscadas; não esquecer o reconhecimento (ou os reconhecimentos), feito principalmente pela “voz do sangue”, essa armadilha, essa forma de fatalidade competente para reparar os erros motores da intriga; para finalizar, não esquecer o amor, em especial o amor-paixão, que priva a personagem da razão e dá-lhe o motivo das ações em que se envolve. Quanto às personagens, tanto no folhetim como no melodrama, lida-se com máscaras, *personae*, tipos de fácil identificação sob rótulos como o mau, a vítima inocente, o protetor misterioso (...)

As radionovelas foram primeiramente influenciadas pelos programas estadunidenses *soap-opera*. Surgido na década de 1930, as *soap-opera* consistiam de dramas curtos de cerca de quinze minutos patrocinadas pelas fábricas de sabão. Segundo Ortiz (Apud CHAVES, 2007, p. 24)

De fato, o que ocorre nos Estados Unidos é que determinadas agências financiadoras do rádio comercial, em particular firmas como Procter and Gamble, Colgate- Palmolive, Lever Brothers, começaram a produzir as denominadas “óperas de sabão” para vender seus produtos às donas-de-casa. Durante a recessão econômica, elas buscam combater a queda nas compras, aumentando o volume das vendas, o que necessariamente implicava em atingir um público maior. Como o horário diurno era mais barato que o horário nobre, essas firmas começaram a produzir *day time series* para mulheres.

<sup>2</sup> Cuba, país que na época concentrava o maior número de emissoras e receptores de rádio de toda a América, tornou-se então a grande idealizadora e construtora desse tipo de gênero. LIA CALABRE, Radionovelas: a fábrica de lágrimas cubanas sob o olhar de reynaldo gonzález1. Disponível em <http://www.antenaestacio.com.br/artigos/Radionovelas%20cubanas.pdf>. Acesso em 19, Out. 2007.

<sup>3</sup> FOCHI, Eliana Magrini .Estudo de relações entre melodrama e romance de folhetim na obra de Nelson Rodrigues. Disponível em <http://www.eventos.uevora.pt/comparada/VolumeIII/ESTUDO%20DE%20RELACOES%20ENTRE%20MELODRAMA%20E%20ROMANCE.pdf> . Acesso em 19, out. 2007.

Chaves (2007), ao interpretar Silvia Oroz, informa que a palavra *soap* referia-se aos patrocinadores de sabão e *opera* relacionava-se ao romantismo abordado pelas temáticas. Assim, narrava-se dramas domésticos conduzindo-se a uma perspectiva feminina. Chaves afirma que o programa estadunidense diferenciava-se bastante dos romances-folhetins, “*uma vez que suas histórias e a sua estrutura narrativa não se apresentam conforme a lógica folhetinesca*”(2007, p. 24), entretanto o gênero foi a fonte inspiradora dos idealizadores das radionovelas que, sob o financiamento das fábricas de sabão cubanas, buscaram mesclar a essência do melodrama e com as características dos folhetins do século XIX.

O patrocínio das radionovelas foi o carro-chefe para a sustentação do programa na rádio. E, como o público alvo das radionovelas era o feminino, as propagandas eram todas voltadas ao universo concebido como “natural” das mulheres. Assim, as radionovelas cubanas, pioneira na transmissão e construção do gênero, foram sustentadas financeiramente pelas fábricas de sabão, a exemplo da *soap-opera*. Posteriormente as campanhas publicitárias se proliferaram, porém com o devido fim: oferecer produtos femininos que priorizassem o lugar social destinado as mulheres dos anos 1950.

Tratava-se de produtos que deixavam as mulheres cheirosas para atrair os maridos, xampus que tornavam os cabelos sedosos e brilhantes, eletrodomésticos que facilitavam o trabalho doméstico - tornando-as mulheres “mais modernas”; cremes e sabonetes que tornavam a pele igual as das estrelas de hollywood; óleos que deixavam a comida mais saborosa e, claro, produtos que facilitavam a limpeza diária. Lia Calabre ressalta que até meados da década de 1950 a campanhas publicitárias eram: a Sydney Ross, Antisardina – o creme da mulher feminina; Óleo de Peroba; Colgate – Palmolive; Toddy do Brasil e Perfumaria Myrta Eucalol. Só em 1955, os patrocinadores começaram a variar mais, encontrando-se empresas de eletrodomésticos como a Arno S/A e a Walita ou de lingerie como a DeMillus, Mourisco ou Alteza.<sup>4</sup>

As campanhas publicitárias vinham, nesse contexto, reforçar a necessidade das mulheres zelarem a feminilidade dentro do espaço privado, restrito a elas. Entretanto, as propagandas que patrocinavam as radionovelas não eram únicas em enfatizar o papel de rainha do lar. Os enredos das radionovelas também firmavam os padrões de sexualidade e feminilidade, a que uma mulher devia se destinar.

---

<sup>4</sup> CALABRE, Lia. No Tempo das Radionovelas. Disponível em: <http://www.adtevento.com.br/INTERCOM/2007/resumos/R2433-1.pdf> Acesso em 30, jun. 2007.

O teor das radionovelas revelava um tom conservador que consistia em punir quem transgredisse os códigos ou padrões de comportamento. Na radionovela “O Direito de Nascer”, a personagem Maria Helena resguarda-se num convento devido ao arrependimento por ela sentido, uma vez que havia se tornado mãe solteira. Ferrareto (2001) explica que a radionovela, através da personagem Maria Helena, constrói um símbolo de purificação, da remissão dos pecados, retratando, com isso, os padrões das novelas na chamada era de ouro da rádio:

(...) as radionovelas tinham por características um enredo simples e relativamente conservador. Até os últimos capítulos, o bem predominaria sobre o mal com a punição ou o arrependimento daqueles personagens que haviam se desviado do comportamento socialmente aceito pela moral vigente na época. (Idem, p.119).

O moralismo enfatizado pelo gênero, teve como fonte inspiradora o melodrama francês do século XVIII. Conforme nos explica Melo<sup>5</sup> (2005), ao analisar os componentes narrativos dos melodramas estadunidense clássicos, o gênero surge no contexto histórico da Revolução Francesa. A queda do poder real e a ascensão da burguesia ao poder ocasionaram, segundo o autor, um vácuo nos valores morais, surgindo daí o melodrama para preencher “*o vazio caracterizado como uma força moral que existe para afirmar sua presença entre os homens*”. Ao mesmo tempo em que padrões morais e sociais foram refutados com a Revolução Francesa, surgira outras normas, com novas formas éticas e morais, que ganharam o respaldo retórico através do melodrama.

Apesar das ligeiras adaptações, as radionovelas absorvera essas características do melodrama, explorando os elementos morais que caracterizaram o gênero. Para tanto, uma das características mais influentes do melodrama reapropriado pela radionovela foi a moral dos valores cristãos. Os elementos como o perdão, a ingenuidade, a pureza, o sacrifício e, por fim, a recompensa, ganha notoriedade no gênero. Melo, ao parafrasear Susan Sontag, informa que “*a crucificação e a ressurreição cristãs se manifestam também nos melodramas, através do sofrimento do personagem. Esse sofrimento se justifica pela conquista de um bem maior e de uma punição adequada a quem a merece*”. (Ibidem, p.17) O destino era concebido como providência divina, os castigos eram exclusivamente da vontade de Deus, como

---

<sup>5</sup> MELO, Matheus de Oliveira. A poética das lágrimas: O melodrama no cinema norte-americano clássico. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/melo-matheus-melodrama-cinema.pdf>. Acesso em 19, out. 2007.

também, o maniqueísmo norteado pelas forças do Bem e do Mal, completavam o universo melodramático.

Ricardo Medeiros, especialista em comunicação social e que estudou acerca das radionovelas em Florianópolis, afirma que o gênero se compunha basicamente de temas que legitimavam os paradigmas morais e religiosos da sociedade conservadora das décadas de 1940 e 1950. O autor fala em oito ingredientes primordialmente contemplados pelas radionovelas, eram eles: “*a falsa identidade, a dupla personalidade, o mistério do nascimento, a perseguição da inocência, falsas mortes, triângulo amoroso, a vingança e a polarização entre riqueza e pobreza*”. Segundo o autor, uma boa radionovela não poderia fugir aos temas como casamento, preservação da virgindade, pureza – elementos que construíam a imagem de como se tornar uma “boa mulher”. Com isso, as radionovelas buscaram construir uma representação de feminilidade.

(...) eram oferecidos temas ligados ao casamento, tendo em vista que naquela época obrigatoriamente o objetivo final de toda jovem dita de “família” era a união matrimonial. Outro tema apresentado era a pureza feminina, condição sem a qual um casamento não seria admitido. Em outras palavras era defendido a preservação da mulher virgem, uma futura esposa, que, na linguagem de antigamente, só poderia “entregar-se” ao seu marido. Prazeres carnavais, antes e depois do casamento, cabia exclusivamente ao homem. Em caso de adultério, a ficção radiofônica tratava de mostrar que a traição do homem aconteceu justamente devido à incapacidade da sua companheira em satisfazer o marido ou lhe proporcionar um filho. Se a novela focalizasse a mulher como mãe solteira, fatalmente ela seria rejeitada pelos pais e pela sociedade<sup>6</sup>.

A cidade de Campina Grande na década de 1950, apesar das ditas qualidades modernas e progressistas, carregava uma forte tradição patriarcal<sup>7</sup>. As mulheres que eram casadas deviam obediência aos maridos e as solteiras forte respeito ao pai, e vice-versa. Nos depoimentos colhidos, as senhoras diziam “*No meu tempo a educação era muito rígida, muito diferente de hoje*”.

O discurso proferido pela escala conservadora da sociedade era que o espaço da mulher restringia-se a esfera doméstica, o lar. Neste espaço, o papel das mulheres já estava definido: a conservação da família e a procriação. Dentro deste contexto, a Igreja Católica atuará como legitimadora desses valores, projetando o modelo da virgindade e maternidade de Maria, e a imprensa entrará como reforçadora desses modelos,

---

<sup>6</sup> MEDEIROS, Ricardo. Ingredientes das radionovelas. Acesso em: 19, out. 2007. <http://www.carosouvintes.com.br/index.php?option=content&task=view&id=541>

<sup>7</sup> A era vitoriana no século XIX, onde se firma a cultura burguesa por excelência, cristaliza a bipolaridade masculino/feminino naturalizando a esfera doméstica como espaço assumido pelas mulheres e o espaço público como lócus da atuação masculina. Essa tradição histórica norteará os valores que primam o discurso no que tange a “natureza feminina” em casar, gerar. Para maior aprofundamento dessa discussão ver: (LISBY, Gonçalves André. História e Gênero, Belo Horizonte, 2006 p;48.)

divulgando códigos e tratados para o comportamento feminino, acentuando, com isso, a bipolarização das diferenças sexuais entre homens e mulheres. Para tanto, todas essas regras de conduta ganhavam arcabouço da lei. O discurso jurídico de então, punha em prática as leis com vistas à normalização e preservação dos bons costumes:

A nova redação do Código Penal Brasileiro, de 1940 como mais um instrumento de moralização dos costumes do Estado liberal, é marcada por um olhar civilizador e moralizador dos costumes. Nele, a sexualidade da mulher aparece como um patrimônio, ora da família, ora do Estado, porém, nunca dela mesma. Tudo se passa como se o corpo assexuado (da mulher) para o desejo e para o prazer, mas fértil para a reprodução, precisasse de uma proteção e de uma tutela do Estado moderno. A violência sexual é pensada em relação a uma violação de propriedade. A mulher não tem a posse de si, tudo indica que ela não é o sujeito, pois não consegue responsabilizar-se pelos seus atos, no âmbito jurídico, assim como perante toda a sociedade. (CAVALCANTI, 2000, p.63)

Marina Maluf e Maria Lúcia Mott ao estudarem acerca dos discursos proferidos pelos meios midiáticos e escritos em geral, mediante as mudanças de comportamento feminino nas primeiras décadas do século XX<sup>8</sup>, informam como as transformações de certas práticas realizadas pelas mulheres foram acompanhadas com perplexidade e apreensão pelos setores mais conservadores da sociedade. De acordo com as autoras, a tentativa de padronização dos modelos para o gênero feminino foi acompanhada por um forte discurso ideológico que, além de “*desumaniza-las como sujeitos históricos*” acabou cristalizando os papéis sociais:

A mulher que é, em tudo, o contrário do homem, foi o bordão que sintetizou o pensamento de uma época intranquilha e por isso ágil na construção e difusão das representações do comportamento feminino ideal, que limitaram seu horizonte ao “recôndito do lar” e reduziram ao máximo suas atividades e aspirações, até encaixá-la no papel de “rainha do lar”, sustentada pelo tripé mãe-esposa-dona de casa. (MALUF e MOTT, 1998, p: 373)

O modelo que se esperava para o comportamento das senhoritas compunha da discrição dos atos, boa educação e naturalidade, garantindo, com isso a “essência da alma” feminina. Cabiam as mulheres a “alta vigilância” para que elas não incorporassem às práticas “naturais” do universo masculino. Assim, de acordo com o discurso conservador, assumir a feminilidade era cumprir com todos os deveres que cabiam às mulheres. Os jornais contribuíam veemente com esse perfil, dedicando matérias à instrução feminina, nas palavras da colunista do jornal abaixo citado, ser uma mulher moderna é restringir-se às atividades domésticas, ser discreta, seguir aos parâmetros da época:

Ser moderna é estar preparada, apta a resolver qualquer dificuldade que outrora mulher não podia em face da educação recebida, cingindo-se às atividades do lar. É ter a personalidade

<sup>8</sup> Apesar de o texto referir-se as três primeiras décadas do século XX, ele aqui foi abordado por acreditarmos que certas semelhanças como a tentativa de coibir as mudanças e a padronização dos comportamentos femininos é, com certas ressalvas, semelhantes ao contexto da cidade aqui pesquisada.

bem formada, a consciência reta e atitudes dignas da mulher cristã. (...) Ser moderna não envolve arte nem modos sofisticados para que os homens apreciem a mudança ou “evolução” da mulher (...) A jovem moderna não é aquela que sabe tirar elegantemente o seu cigarro da carteira e cruzar as pernas numa atitude puramente masculina que os homens já não observam e se o fazem é para censurar e reprovar. Não é a exibição de um “maillot” provocante nem a liberdade nas relações sociais com pessoas de outro sexo. Esta, assume tal importância no decoro e educação de uma jovem que, de nenhum modo, deveria se confundir liberdade com modernismo (...) Por conseguinte, ser moderna é saber viver ajustada ao seu meio, condições e exigências da época, excluindo o que de pernicioso possa aparecer. (Jornal Correio da Paraíba, João Pessoa, 05 out. 1953. p. 7.)

Entre as funções que cabiam as mulheres estava o zelo a casa, o cuidado aos filhos e obediência aos maridos, estes, atuavam como os “administradores” das finanças tomando decisões consideradas mais sérias na família, inclusive, a vida profissional e conjugal dos filhos. Os desempenhos de tais papéis conferiam total poder aos maridos restando à submissão às mulheres. Assim, de acordo com Maluf e Mott (1998, p. 379) no âmbito da configuração desses espaços “*à figura masculina atribuíram-se papéis, poderes e prerrogativas vistos como superiores aos destinados à mulher. Delineava-se com maior nitidez a oposição entre esferas públicas e privada base necessária para que a mulher se torne mulher e o homem se torne homem*”.

É, portanto dentro deste contexto que vemos como as radionovelas primavam pela representação de mulher baseada no tripé mãe-esposa-filha, refletindo caracteres de uma sociedade patriarcal. Com base neste paradigma, o papel destinado às mulheres já estava traçado que em seu conjunto trazia a virtude, honra, virgindade, educação, pureza, estes como trajetos a serem cumpridos pelas “boas mulheres” durante o decorrer de suas vidas. Em alguns casos nos quais as radionovelas rompiam aos padrões morais de boa conduta à família, não era raro surgirem manifestações de indignação e medo por parte da população que tinha receio que os valores morais fossem esfacelados com a “influência” das radionovelas. Tal afirmação é corroborada com a fala da depoente D. Creuza que revela a insatisfação da mãe com a radionovela: “*Teve uma radionovela que passou e que minha mãe dizia: Isso é coisa de mulher da vida. E ela dizia pra gente: não escuta, não escuta. E gente acaba escutando (a radionovela) escondido dela*<sup>9</sup>”. Os enredos, por fim, a partir da sua própria genealogia, buscavam legitimar esses parâmetros de feminilidade, aprofundando as diferenças entre o sexo masculino e feminino.

### **3.2 Radioatrizes quebrando paradigmas**

---

<sup>9</sup> Depoimento de Dona Creuza Alves do Nascimento concedido à autora no dia 26 set. 2007

Entretanto, compreendemos que a radionovela era divergente entre si, pois, se em um ponto reforçava os valores morais enfatizando modelos que se esperava do comportamento feminino, do outro lado havia as radioatrizes que quebravam este paradigma. A quebra de modelos promovida pelas radioatrizes dava-se a partir do momento em que elas rompiam com o discurso normativo dos papéis femininos, como imagem de “rainha do lar”, ao ocupar uma esfera que era tipicamente concebida como natural dos homens: o trabalho fora de casa.

O universo das jovens campinenses na década de 1950 era restrito ao campo do privado, trabalhar era “coisa de homem” e as que optassem, por necessidade ou prazer, pelo emprego fora de casa, eram taxadas de “avançadinhas” para a época. As diferenças sexuais foram cruciais neste momento, para a formação da identidade do masculino e do feminino. A austríaca Margareth Steinmuller, que em 1954 chegou a Campina Grande para acompanhar o marido Willy, nos informa o que mais estranhou ao chegar a cidade:

A pior coisa que estranhei quando cheguei ao Brasil, principalmente em Campina Grande, foi que a população da cidade achava que a esposa de um homem não deveria trabalhar. Por causa disso muitas vezes fui desrespeitada. O povo não tinha naquela época, ao contrário da minha terra, o costume de ver esposas trabalhando fora do lar (DINOÁ, Vol.2.p. 449-450)

O casamento e a maternidade era o destino “natural” e mais provável das mulheres na década de 1950. Os dotes que elas deviam “semear” era a virtude e o recolhimento, além de estar bem preparada para desempenhar os serviços domésticos. Cultivar o lar e a família constituía, dessa forma, o cumprimento dos deveres das mulheres. A lista de papéis a serem cumpridos eram grandes e no que toca as determinações para um bom casamento, cabia à mulher a dedicação, conceder às fraquezas e excessos masculinos. Caso o marido “fugisse” de vez em quando para os botecos ou mesmo para os cabarés, a recomendação era que as senhoras tivessem paciência e agüentasse o suficiente para que o casamento perpetuasse por longos anos. Aliás, a famosa “pulada de cerca” era concedida como ato natural do instinto e natureza do homem. Até então, o divórcio era inconcebível à sociedade, às mulheres que optassem pela separação era marginalizada pelos grupos sociais. Os conselhos dados pela colunista do jornal Correio da Paraíba contribuíam para afirmação do lugar social das mulheres:

Olhe, meu bem, não adianta brutalidade, nem falta do cumprimento de seu dever de esposa. Se com delicadeza você não conseguir, com grosserias muito pior ainda. Abandona-lo será desastroso. Uma, porque você não tem independência financeira. Outra porque com toda desgraça, é melhor viver com marido ruim que procurar a separação (...) Afinal de contas, o homem é homem e seu temperamento muitas vezes forte demais faz com que não consiga, de uma feita somente, eliminar as farrinhas o gosto pelas madrugadas. Apenas o tempo



resolverá este problema. (...) Os filhos, traços de união, servem para a regeneração do seu marido. Espere mais um pouquinho. Não seja precipitada (...) Você sem seu marido aguçará pensamentos maliciosos servirá de pasto para a humanidade impiedosa, que mesmo sem conhecimento de causa, procura diminuir sua reputação. (Jornal Correio da Paraíba, João Pessoa, 5 a 9 de agosto de 1953. p. 7)

Sendo assim, o matrimônio, bem como, o trabalho domiciliar, a partir da atenção dada aos filhos e marido, formava o universo moralmente construído para o sexo feminino. Com isso, vemos que os desvios sociais para época eram identificados a partir da quebra desses valores e modelos.

A radioatriz Ivanete Silveira que começou a trabalhar na prefeitura para contribuir com a despesa familiar, mas paralelamente seguia com a carreira artística como radioatriz da emissora Borborema, relembra a insatisfação do namorado na época em vê-la trabalhar na rádio nos anos 1950 “*ele nunca se mostrou muito satisfeito com meu trabalho não, mas eu nem perguntava se ele gostava ou não. Eu tinha trabalho na prefeitura, eu tinha meu estudo, eu tava fazendo o que era certo. Eu prossegui com meu trabalho de rádio e teatro<sup>10</sup>*”. Segundo a depoente, o salário da rádio era fornecido quinzenalmente, entretanto mal dava para cobrir as despesas do lar. Para Ivanete Silveira, o trabalho na rádio era feito pelo prazer em atuar nas radionovelas “*Eu tava vendo que ele não gostava, mas eu me fazia que não tava vendo. Porque era o que eu gostava*”. Entretanto, para a sociedade, inclusive a família, a exposição gerava certo temor e desconforto, pois tais práticas afetavam o discurso de feminilidade socialmente aceita pela época.

O desconforto, gerado na população, causado pela presença de mulheres que atuavam na esfera pública tratava-se do receio de que elas perdessem a “essência materna”, a identidade feminina em ser mãe, prejudicando com isso, a formação dos filhos, uma vez que a instrução dos filhos era missão destinada ao sexo feminino.

Dessa forma, a exposição da vida social das radioatrizes fazia com que, não só a sociedade como também, a família, principalmente o pai, enxergasse o trabalho na rádio como um lugar não apropriado para as suas filhas. Ivanete Silveira conta-nos como seu pai se sentia incomodado pelo seu trabalho na Rádio Borborema:

Meu pai ficava me esperando de noite eu dizia: o povo lá (da Rádio Borborema) é um povo de muito respeito, é um povo muito bom, você se sentia lá a vontade, mas ele tinha medo. É assim, por que ele, na realidade, o que se ouvia mais no sul é que na rádio era um ambiente mais de promiscuidade... era a cabeça dele...ele não aceitava que eu fosse sozinha à rádio (...).por mais que eu dissesse : mas lá o ambiente é assim, pai não se conformava<sup>11</sup>.

<sup>10</sup> Depoimento da senhora Ivanete Silveira concedido à autora no dia 25 set. 2007

<sup>11</sup> Depoimento da senhora Ivanete Silveira concedido à autora no dia 25 set. 2007

Nilça Belo, radioatriz da Borborema, corrobora com Ivanete Silveira quanto à posição dos seus pais diante do trabalho na rádio<sup>12</sup>. Para sair de casa, juntamente com sua irmã também atriz, Nair Belo, necessitava da ajuda de sua mãe, “*e saiam na ponta dos pés*” para que seu pai não a repreendesse.

Com isso, o preconceito às radioatrizes era veemente, devido ao rompimento dos padrões de comportamento, acima discutidos, e a grande exposição que o emprego exigia. O fato das radioatrizes trabalharem com homens pioravam a situação, sendo rotuladas de “mulheres de vida fácil”. A depoente Dona Creuza, que morou ao lado da radioatriz Maria Mendes na década de 1950, revela como a intérprete das radionovelas era má vista pela sociedade, principalmente pela mãe da depoente, que não queria ver suas filhas “influenciadas” pela radioatriz:

Minha mãe não dizia nada a respeito dela, mas se dissessem: Maria Mendes ta chamando, ela dizia: não, não vai por que ela não é recomendável. Tudo isso era porque ela trabalhava na rádio e ela se expunha muito aos homens, e ela (a mãe) achava que todo mundo que trabalhava por lá era assim<sup>13</sup>.

A própria sociedade contribuía para que os parâmetros de mulher ideal fossem homogeneizados, a punição para quem transgredisse as normas postas certamente seria a rejeição por parte daqueles que não queriam que os padrões fossem rompidos. As “mulheres do rádio” foram assim denominadas de “mulheres da vida” por serem consideradas ousadas de mais para a época, foram desviantes uma vez que não se moldavam ao forte discurso ideológico e conservador que buscaram moldar a representação de feminilidade.

Como o trabalho nas rádios era uma atividade pouco aceita socialmente, era comum as artistas adotarem pseudônimo para distraírem a atenção dos familiares. Assim ocorreu com Abelim Maira da Cunha que, com o pseudônimo Marina Cunha, atuava cantando nos palcos das rádios. A ex-operária tecelã ficou nacionalmente conhecida como Ângela Maria, sendo filha de um pastor protestante, certamente, a cantora viveu a experiência dúbia, do sucesso nacional e da perseguição moral e ética da década de 1954. (SOUZA, 2006, p. 56)

Rago (1985) que analisa as formas de resistências vivenciadas pelos operários no início da industrialização do país no século XX, bem como as formas de

---

<sup>12</sup> Em entrevista realizada com radioatriz Maria do Carmo, conhecida como Silvinha de Alencar, a depoente nega ter sofrido represálias da família devido ao trabalho na rádio. No entanto, a ex-radioatriz confirma ter havido certo preconceito da sociedade conservadora à classe artística em Campina Grande na década de 1950.

<sup>13</sup> Depoimento de Dona Creuza Alves do Nascimento concedido à autora no dia 26 set. 2007

disciplinarização e mecanismos de controle impostos aos trabalhadores, a partir dos valores burgueses, esclarece-nos como o desejo de normalização implicou na padronização de um modelo de família dominante, burguês. Como consequência da homogeneização desses padrões, Rago enfoca no segundo capítulo da sua obra “Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar” a emergência de um modelo de feminilidade, que tem seu gérmen no século XIX no qual se ancora “*em virtudes burguesas da laboriosidade, da castidade e do esforço individual*”, identidade esta, segundo a autora, defendidas pelos poderes públicos, industriais assim como, o movimento operário. Inverso a essa imagem e representação feminina “pacata e submissa”, Rago busca as práticas de resistência feminina filtradas pela ótica masculina e que, segundo a autora, “*desmistifica a imagem romântica da mulher*”. (RAGO, 1985, p.74)

Segundo Rago, no século XIX, cenário da emergência de um modelo de feminilidade em que se formulavam novas formas de etiqueta e comportamento, cresciam-se novas exigências pela presença da mulher na esfera pública a partir do crescimento comercial e industrial do país com a fomentação da urbanização. O discurso científico, especificamente o médico-sanitarista, desde meados do século XIX, conforme aponta Rago, procurou legitimar e impor práticas e comportamentos femininos, desenvolvendo conceitos que demonstrassem a identidade feminina em ser mãe-dona-de-casa, a partir do aleitamento materno e a condenação da amamentação mercenária. O desenvolvimento de teses na área médica no século XIX, buscava justamente construir e formar elos entre o suposto “instinto natural” da mulher e a maternidade, procurando com isso, condicioná-la a esfera do lar. Segundo Rago (1985, p.79):

A valorização do papel materno difundido pelo saber médico desde meados do século passado procurava persuadir as mulheres de que o amor materno é um sentimento inato, puro e sagrado e de que a maternidade e a educação da criança realizam sua “vocação natural” (...) Assim, aquela que não preenchesse os requisitos estipulados pela natureza, inscrevia-se no campo sombrio da anormalidade, do pecado e do crime. Não amamentar e não ser esposa e mãe significava desobedecer a ordem natural das coisas, ao mesmo tempo que se punha em risco o futuro da na o.

Com isso, cristalizava-se o discurso da incompatibilidade do casamento com trabalho extra-domiciliar. Para muitos homens, era inconcebível que suas esposas trabalhassem fora do lar, por isso, as escolhas das futuras donas-de-casa era feita a partir de parâmetros que deveriam pertencer as mulheres com base na “boa moral” e do “bom comportamento”. Del Priore (2006, p. 289) ressalta que “a ‘moça de família’ manteve-

*se como modelo das garotas dos anos 50 e seus limites eram bem conhecidos*". É o que também revela a ex-radioatriz Ivanete Silveira: *"Ah, não tinha noivo que quisesse esse trabalho não. Acha que lá dentro havia liberdade, fazia outro julgamento<sup>14</sup>."*

Com base nesses paradigmas, havia o receio por parte da sociedade de que as mulheres perdessem a "essência feminina", ao alcançarem certos espaços concebidos como naturais dos homens como cargos de juízes, promotores, diretores, etc. Assim nos informa Silva (2000) ao investigar os discursos jurídicos em relação às mulheres na segunda metade do século XX na Paraíba. A autora nos mostra os percalços vivenciados pela Juíza Helena Alves de Souza a partir da resistência da Justiça em não permitir a sua entrada na magistratura paraibana, na década de 1950. Segundo Silva (2000, p. 110) a aprovação de Helena no concurso público gerou insatisfação social, *"chegando a imprensa a publicar uma matéria questionando a capacidade da mulher para assumir a magistratura"*. Conforme esclarece Rago, perspectivas profissionais para as mulheres eram coibidas uma vez que sua educação visava prepara-la para a vida domiciliar, doméstica, relegando a vida profissional, pública, para o sexo masculino:

Também não se abrem amplas perspectivas profissionais para ela (...) Afinal, a preocupação com sua educação visa prepara-la não para a vida profissional, mas sim para exercer sua função essencial: a carreira doméstica. Os conhecimentos que adquirisse deveriam, portanto, auxiliar a dissipar os antigos preconceitos que povoavam sua mente fraca e torná-la uma companhia mais agradável e interessante ao homem. (RAGO, 1985.p. 63)

Juntamente com as radioatrizes, casos como da juíza Helena vem corroborar com o *status* que as mulheres desviantes alcançavam na década de 1950 em Campina Grande ao descumprir com os padrões de comportamento para a época. Juntamente com essas práticas avaliadas como transgressoras, a sociedade cingia o sentimento de culpa e de pecado, devido a falta ou descumprimento do dever de mulher e de mãe:

A invasão do cenário urbano pelas mulheres, no entanto, não traduz um abrandamento das exigências morais, como atesta a permanência de antigos tabus como o da virgindade. Ao contrário, quanto mais ela escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho. Todo um discurso moralista e filantrópico acena para ela, de vários pontos do social, como o perigo da prostituição e da perdição diante do menor deslize. (...) Vários procedimentos estratégicos masculinos, acordos tácitos, segredos não confessados tentam impedir sua livre circulação nos espaços públicos ou a assimilação das práticas que o imaginário burguês situou nas fronteiras entre a liberdade e a interdição. (RAGO, 1985. p, 63).

Dentro da concepção que fora forjada da passividade da mulher com a construção da sua fragilidade e incapacidade intelectual, Rago enfatiza a resistência

---

<sup>14</sup> Depoimento da senhora Ivanete Silveira concedido à autora no dia 25 set. 2007

feminina, tanto no âmbito político, como na repressão cultural que lhes fora imposta, caracterizando essa resistência como *“espontânea, difusa, não-organizada, seja questionando diretamente a disciplina hierárquica no interior da produção, certamente mais pesada para a mulher do que para o homem, seja reivindicando melhores condições de trabalho.”* (RAGO, 1985, p.73)

Assim como nos esclarece Rago, apesar do forte discurso normatizador, com seu conjunto de códigos e regras de condutas, acreditamos que nem todas as mulheres se adaptavam aos padrões de comportamento defendidos pela elite e pelo discurso médico. Dentro desta perspectiva, as radioatrizes re(inventavam) seu cotidiano de forma astuciosa reagindo com isso, às formas de representação feminina, pois conforme explica De Certeau (1994, p.40) *“a presença e a circulação de uma representação (ensinada como o código da promoção sócio-econômica por pregadores, por educadores ou por vulgarizadores) não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários”*

A esse conjunto de práticas Michel de Certeau conceitua de cultura ordinária em que *a ordem é exercida por uma arte, ou seja, ao mesmo tempo exercida e burlada* (CERTEAU, op. cit, p.20). Conforme nos explica Giard, Certeau legitima o outro, ratificando sua capacidade criadora, ativa, desviadora, bricoladora. Para Giard, Certeau desenvolveu uma teoria capaz de transformar e subverter a concepção da homogeneização dos comportamentos e dos padrões, para o qual o autor *“discerne um movimento browniano de micro-resistências, as quais fundam por sua vez microliberdades, mobilizam recursos insuspeitos, e assim deslocam as fronteiras verdadeiras da dominação dos poderes sobre a multidão anônima”*.(GIARD, Apud Certeau. p.18)

Tendo como referência a obra Vigiar e punir de Michel Foucault, de Certeau questiona-se sobre o “não enquadramento” dos sujeitos à institucionalização do poder, observando para isso, os procedimentos daqueles que não se submetem as formas de disciplinarização impostas pelas autoridades. Seu enfoque é ressaltar as práticas “dispersas, táticas e bricoladoras”, como assim foram qualificadas as práticas sub-reptícias, elaborados pelos sujeitos, para desviar-se do controle e da ordem imposta, pois para Certeau (ibidem, p. 38) *“o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada.”*

Com isto, Certeau classifica os tipos de operações que universalizam as práticas dos consumidores, distinguindo-os em estratégias e táticas. Segundo o autor, estratégias

é a imposição e criação de um “lugar” determinado, é “o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado.” p.99. Já o que Certeau chama de tática é a reapropriação das forças impostas pelas estratégias, é a capacidade de transformar esse “lugar” dinâmico é a antidisciplina, trata-se do movimento “dentro do campo de visão do inimigo” (...) e no espaço por ele controlado.” (ibidem, p.100)

Partindo das reflexões teóricas certeunianas, percebemos como as mulheres do rádio fabricaram seu cotidiano, elaborando práticas de resistência ante um sistema conservador que buscava, através do discurso dominante, estabelecer padrões de comportamento.

Numa época em que as mulheres mal podiam sair de casa e trabalhar era “coisa de homem” as radioatrizes quebraram, de maneira significativa, com essa representação, a partir de práticas de comportamento caracterizado como ousado e transgressor para a época. Embora sofresse certo preconceito, as radioatrizes revelavam que o esforço e a abnegação, diante dos obstáculos para firmar-se enquanto artista era superado pelos calorosos aplausos dos auditórios das rádios, bem como dos concursos promovidos pela emissora para eleger a melhor radioatriz do ano.

Assim, ao ocupar uma esfera tipicamente concebida como masculina, as radioatrizes romperam com os paradigmas impostos pela época elaborando táticas que transgrediam a ordem imposta quebrando, portanto, com os papéis sociais atribuídos aos sexos feminino e masculino<sup>15</sup>.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CHAVES, Glenda Rose Gonçalves. **A Radionovela no Brasil**: um estudo de Odette Machado Alamy (1913-1999), 2007. Dissertação de mestrado em Estudos Literários da Faculdade de Letras UFMG, MG.

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**; 1. artes de fazer. Petrópolis. RJ: Vozes, 1994.

---

<sup>15</sup> Ao entrevistar Eraldo Cezar, que havia participado do *cast* de radioatores da Borborema, ele fora questionado a respeito do preconceito vivenciado pelas radioatrizes nos anos 50 em Campina Grande. Para ele, não havia preconceito algum, nem pelo sexo feminino, muito menos masculino, ao contrário. Segundo Eraldo havia uma verdadeira idolatria por parte da população ao *cast* de radioatores e radioatrizes da emissora.

DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. 2º Volume. João Pessoa: A União Editora. s/d.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.

GURJÃO, Eliete de Queiroz (org.). **Imagens Multifacetadas de Campina Grande**. Campina Grande, [s/n], 2000.

LISBY, Gonçalves André. *História e Gênero*, Belo Horizonte, 2006 p;48.)

MALUFF, Marina e MOTT, Maria Lúcia. **Recônditos do mundo feminino**. In: NOVAIS, Fernando. *História da vida privada no Brasil*, vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RAGO, Luzia Margareth. **A Colonização da mulher**. In: \_\_\_\_\_. *Do cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil (1890-1930)* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SCOTT, Joan. **História das mulheres**. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 63- 97.

SOIHET, Rachel. **Enfoques feministas e a história: desafios e perspectivas**. In: SAMARA, Eni Mesquita. *Gênero em Debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUSC. 1997.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa. OLIVEIRA, Flavianny Guimarães de. FREITAS, Goretti Mª Sampaio de. **História da mídia regional: o rádio em Campina Grande**. Campina Grande: EDUFGC/EDUEP, 2006.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Trad. Lólio L. de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

#### **ENTREVISTAS:**

Ary Rodrigues concedido a autora no dia 3, set. 2007.

Creuza Alves do Nascimento concedido à autora no dia 26 set. 2007

Estelita Rodrigues Guedes.

Eraldo César concedido a autora no dia 03, nov. 2007.

Ivanete Silveira concedido à autora no dia 25, set. 2007.

Joel Carlos.

José Araújo Lira concedido à autora no dia 1, agosto. 2007.

Juraci Gusmão Correa

Lídia Candido da Costa.

Maria da Glória Morena da Silva.

Maria Guia Alves Barros concedido à autora no dia 19, set. 2007.

Madalena Araújo do Nascimento.

Maria José Meneses Galdino.

Maria do Carmo Bezerra. ( pseudônimo: Silvinha de Alencar)

Nilça Belo, 5, set. 2007.